vresentação: 15/09/2025 15:53:21.240 - CAPAD

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2025 (Do Sr. Zucco)

Solicita-se ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, pecuária e Abastecimento, Sr. Carlos Henrique Baqueta Fávaro, que, com a máxima urgência, sejam prestadas informações detalhadas acerca adotada postura Ministério diante da atuação de empresas brasileiras envolvidas em operações de notadamente alto risco. importação de ureia diretamente do Irã, proveniente de entidades expressamente sancionadas pelos Estados Unidos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem como do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, referendado pelo Plenário desta Comissão e, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, pecuária e Abastecimento, Sr. Carlos Henrique Baqueta Fávaro, informações detalhadas, com a máxima urgência, acerca da postura adotada pela





pasta diante de um cenário de elevada gravidade, que ameaça não apenas a economia nacional, mas também a soberania e a integridade diplomática do Brasil perante а comunidade internacional. preocupação decorre da atuação de empresas brasileiras envolvidas em operações de alto risco, especialmente na importação de ureia diretamente do Irã, oriunda de entidades expressamente sancionadas pelos Estados Unidos.

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa nacional tem veiculado, de forma ampla e reiterada, que empresas brasileiras estão envolvidas em operações de alto importando ureia diretamente do Irã de entidades risco, expressamente sancionadas pelos Estados Unidos, como a Pardis Petrochemical Company. Tais operações apresentam fortes indícios de fraude documental e contrabando para ocultar a origem iraniana da mercadoria, e expõem todo o sistema financeiro e comercial brasileiro ao risco iminente e severo de sanções secundárias impostas pelo Tesouro norte-americano1.

O produto foi fornecido pela Pardis Petrochemical Company (PPC), subsidiária da National Petrochemical Company (NPC), vinculada ao Ministério do Petróleo do Irã e alvo de sanções impostas pelos Estados Unidos. De acordo com o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC), responsável pela administração dessas sanções, a referida estatal teria sido utilizada para financiar Guarda

https://bradockshow.com.br/empresas-brasileiras-contornam-sancoes-e-importam-ureia-do-ira/



¹ https://claudiodantas.com.br/exclusivo-importadores-brasileiros-burlam-sancoes-dos-eua-e-importam-ureiado-ira/

Revolucionária Iraniana, classificada pelo governo norte-americano como organização terrorista.

Em junho, Israel e os Estados Unidos realizaram bombardeios contra instalações militares e nucleares com o objetivo de encerrar o programa atômico militar do regime do aiatolá Ali Khamenei. Toda a cúpula da Guarda Revolucionária Iraniana foi eliminada, incluindo Behnam Shahriyar, comandante das forças Quds, seu batalhão especial. O governo Lula manifestou críticas à ação.

De acordo com o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC), qualquer agente estatal ou privado que mantenha relações comerciais com a estatal iraniana está sujeito à imposição de sanções secundárias, as quais podem ser estendidas aos bancos utilizados nas transações comerciais, aos compradores da carga no Brasil e, eventualmente, ao próprio governo brasileiro. A situação se agrava diante de indícios de fraude documental por parte das empresas envolvidas, com o aparente objetivo de ocultar a verdadeira origem da carga. Essa circunstância abrange, por exemplo, as empresas Link Comercial Importadora e Exportadora e MMS Participações, diretamente envolvidas na importação de ureia proveniente do Irã.

Diante desta situação de extrema gravidade e do risco de bloqueios financeiros, congelamento de ativos e paralisia comercial para empresas e bancos nacionais, é imperioso e de interesse público incontestável conhecer a posição e as ações concretas de Vossa Excelência e de seu Ministério.

Assim, requeremos de forma incisiva e específica:





esentação: 15/09/2025 15:53:21.240 - CAPAD

CÂMARA DOS DEPUTADOS



- 1. Qual a posição formal do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) sobre a importação de fertilizantes, especificamente ureia, de entidades iranianas sob sanções internacionais dos EUA, e se a pasta avalia que o suposto benefício económico de tais operações justifica o risco colossal de sanções secundárias ao sistema agroindustrial brasileiro.
- 2. Quais medidas concretas o MAPA tem adotado para alertar, orientar e proteger os produtores rurais, cooperativas, traders e demais agentes da cadeia de suprimentos sobre os perigos jurídicos, financeiros e operacionais de negociar com entidades sancionadas, evitando que estes ajam por ignorância e coloquem em risco toda a nação. Solicitamos cópia de ofícios, memorandos ou quaisquer outros documentos que comprovem Ministério agiu de forma proativa e preventiva para alertar o setor privado sobre esta ameaça concreta.
- 3. O MAPA tem conhecimento formal das operações específicas das empresas LINK Comercial, MMS Participações e Blacklake Ltda, citadas na imprensa, e qual providência foi ou será tomada pela pasta para dissuadir tais práticas de alto risco que envolvem, ainda, indícios de crime de falsificação documental.
- 4. Qual o plano de contingência do MAPA para garantir o abastecimento de fertilizantes e a segurança operacional do agronegócio nacional no hipotético, porém plausível, cenário de aplicação de sanções secundárias pelos EUA contra empresas ou brasileiros crucialmente envolvidos mesmo bancos no financiamento da produção agrícola.





- 5. Que confirme se existe qualquer orientação ou aval, tácito ou explícito, desta pasta ou do alto escalão do governo para que tais importações prossigam, em detrimento do cumprimento do regime de sanções internacionais e da segurança jurídica das operações do agronegócio brasileiro. Em caso negativo, que apresente as medidas concretas e formais adotadas pelo Ministério para coibir tais práticas e proteger os interesses nacionais.
- 6. Após divulgação midiática, o MAPA acionou a Polícia Federal e o Ministério Público Federal para investigar os crimes de falsificação documental, evasão de divisas e possível financiamento a entidades consideradas terroristas internacionalmente?
- 7. Apresente **imediatamente** as ordens de serviço, ofícios comunicações internas que demonstrem que o MAPA alertou formalmente as empresas importadoras sobre a ilegalidade das operações com a Pardis Petrochemical Company ANTES da divulgação midiática dos escândalos.
- 8. Qual explicação técnica ou jurídica o MAPA oferece para justificar sua inação frente às evidencias de que empresas sancionadas iranianas possuem ligações comprovadas com o financiamento de organizações terroristas, conforme documentado pelo OFAC?
- 9. Que medidas coercitivas urgentes foram adotadas pelo MAPA para impedir fisicamente a descarga e comercialização da ureia iraniana com documentação fraudulenta que atualmente se encontra em portos nacionais, especificamente nos terminais de Paranaguá?







A sociedade brasileira e o setor produtivo não podem ser reféns de uma crise diplomática e econômica previsível, gerada pela ação de particulares e, potencialmente, agravada pela inação ou omissão do poder público. A falta de uma postura firme, transparente e proativa do MAPA neste caso específico pode ser interpretada como **prevaricação** por parte dos agentes públicos que, conhecedores do risco, se abstiveram de agir para proteger os interesses nacionais.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalizatória se amolda em uma das funções típicas do Poder Legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes sobre o tema, e se assim for necessário, tomar providências com finalidade de que sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Aguardamos pronta resposta, completa e documentada, que efetivamente preste contas à Nação sobre as ações deste Ministério perante uma das mais sérias ameaças econômicas dos últimos tempos.

Sala da Comissão, em de de

DEPUTADO FEDERAL ZUCCO (PL/ RS) LÍDER DA OPOSIÇÃO





2025.